

**POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE CARUARU**

Nícolas Giovanne de Almeida Fernandes ¹

Maria Fabiana da Silva Costa ²

INTRODUÇÃO

Esse relato resulta da experiência desenvolvida ao longo do terceiro estágio supervisionado, que se debruça sobre aspectos teórico-práticos das políticas educacionais e da gestão das escolas, visando relacioná-las num contexto capitalista e neoliberal. Nessa conjuntura, a gestão da educação tende a acompanhar as formas do capitalismo contemporâneo, caracterizadas por formas consensuais de tomadas de decisão; mecanismos de avaliação e controle de resultados; além da influência do “Estado Amplo” na definição de meios e fins da educação pública (Bruno, 2005).

Recorremos a trabalhos como os de Bruno (2005), Costa (2022), Silva e Silva (2023) e Souza (2009), para analisar a dinâmica e os documento internos da Escola Municipal Pedro de Souza, situada em Caruaru-PE e partindo desse ponto, compreende como o capitalismo e o neoliberalismo tem se manifestado nas políticas educacionais brasileiras e como se materializam na escola por meio da gestão. Na escola, as tendências que mencionas se manifestam por meio do aparelhamento dos mecanismos de gestão democrática (Souza, 2009); das avaliações externas e accountability (Silva; Silva, 2023); e das parcerias público-privadas, em especial nos programas e projetos desenvolvidos (Costa, 2022).

Após a vivência do estágio supervisionado, o que se evidencia é uma gestão escolar submetida (de muitos modos) à uma política educacional atravessada por aspectos neoliberais que reduz a educação a números, índices e a formação para o trabalho simples.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

¹ Graduando do curso de Química-Licenciatura do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE/CA, nicolas.fernandes@ufpe.br;

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Professora Adjunta do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE-CA, mariafabiana.costa@ufpe.br.



Observamos a dinâmica escolar e analisamos documentos internos e as falas da equipe gestora da Escola Municipal Pedro de Souza, situada em Caruaru-PE, com especial ênfase sobre: (I) mecanismos de gestão democrática; (II) avaliações de larga escala; (III) parcerias público-privadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sobre os órgãos colegiados típicos da escola, Souza (2009) compreende estes como “espaços potenciais do diálogo, da ação comunicativa” (Souza, 2009, p. 278), destinados à discussão, reflexão e decisão sobre a escola e ação educativa em suas diversas dimensões, devendo “contar com a presença de representantes de todos os segmentos escolares” (Souza, 2009, p. 274), destacando o conselho escolar como central para exercício da democracia na gestão de qualquer escola.

Além de conceituar, Souza (2009) indica ainda possíveis distorções no funcionamento dos órgãos colegiados, das quais uma tem especial pertinência para o objeto deste trabalho:

(...) se os conselhos não discutem as questões de natureza administrativa **[política, pedagógica, etc.]** é porque quem define o que é a sua pauta de debates, o diretor **[secretário, ministro, etc.]**, assim age movido por alguma intenção, a qual pode derivar do fato de talvez não desejar compartilhar com os conselheiros o domínio sobre tais temáticas. (Souza, 2009, p. 286, grifo nosso).

Nesse sentido, Souza (2009) destaca os limites político-pedagógicos impostos aos conselhos escolares quando estes se concentram em apenas um aspecto (administrativo, financeiro, pedagógico, etc) da gestão da escola, tendo seu potencial para discussão/reflexão/decisão diminuído.

Quanto às avaliações externas, Silva e Silva (2023) chamam atenção para a utilização destas em conjunto com mecanismos de accountability como políticas de regulação da educação, na medida em que compõem “ações formadas por mecanismos gerenciais, que visam direcionar e controlar a produção de resultados na educação, de acordo com o estabelecimento de prioridades e padrões de qualidade orientados pelos indicadores das avaliações externas” (Silva; Silva, 2023, p. 3)

No interior dessa lógica, as avaliações seriam “(...) **um sistema de produção de resultados** voltado à melhoria de seu desempenho, qualidade, organização, coordenação e competências dos sujeitos escolares” (Silva; Silva, 2023, p. 4, grifo do autor),



orientado por “**dados de natureza quantitativa**” gerados, monitorados e interpretados, periodicamente, através de “**instrumentos avaliativos** dos resultados e desempenhos estudantis” articulado a um conjunto de “**ferramentas de ação pública**” através das quais o Poder Público pode premiar e/ou penalizar as unidades escolares conforme seu desempenho.

Sobre as parcerias público-privadas, Costa (2022) chama atenção para o aspecto político-ideológico que caracteriza esse tipo de cooperação entre Estado e sociedade civil, formalizadas através de **convênio** entre o **Poder Público** e **Organizações Privadas sem Fins Lucrativos**, no que tange assuntos de interesse público. Segundo a autora

(...) as parcerias público-privadas são instrumentos político-ideológicos junto às instituições públicas na direção dos interesses de fração de classe dominante subordinada diretamente ao capital internacional, tendo em vista que a cultura empresarial gerencial, de gestão por resultados, em qualidade total (...) aprofunda o processo de mercantilização da educação, cujo contexto de reestruturação produtiva e mudanças a base material de produção (...) demanda uma formação de novo tipo. (Costa, 2022, p. 461)

Diante disso, consideramos as parcerias público-privadas na educação como um mecanismo de **mobilização de recursos** financeiros, materiais e/ou humanos do elemento **público** para a **difusão e consolidação da mentalidade** do elemento **privado**, sob a aparência de cooperação entre Estado e Mercado para a execução de ações de interesse público, como é o caso da melhoria na qualidade da educação básica.

Em suma, os aspectos que destacamos parecem seguir a lógica e as dinâmicas de poder que passam a reger e organizar a política e a economia no mundo após a reestruturação produtiva nos anos 70/80 (no íterim do neoliberalismo e da organização flexível da produção) na medida em que configuram (I) como estratégia de promoção “(...) de participação controlada e de uma autonomia meramente operacional” (Bruno, 2005, p. 38); (II) como “mecanismo de controle, através dos quais se desenvolvem as políticas de prevenção de conflitos e a construção do consenso” (Bruno, 2005, p. 31) e (III) como “Estado Amplo” que inclui representações empresariais nas decisões e confere “uma hierarquia invertida com as grandes empresas ocupando o seu vértice” (Bruno, 2005, p. 24) para as estruturas e o exercício do poder político.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Identificamos na escola a presença dos elementos que caracterizam a gestão escolar no atual contexto capitalista e neoliberal:

1. Mecanismos de gestão democrática

No contexto da Escola Municipal Pedro de Souza, os órgãos colegiados eram o principal mecanismo de gestão democrática presente, sendo eles o **conselho escolar** e a **unidade executora**. No contexto que mencionamos, ambos os órgãos eram **compreendidos como sinônimos** e, na prática, **apresentavam as mesmas atribuições** (a execução financeira dos recursos que chegam à escola). Essa estrutura é convergente com as dinâmicas de “**participação controlada**” e de “**autonomia meramente operacional**” mencionadas por Bruno (2005) como **típicas do capitalismo contemporâneo**, já que promovem a participação da comunidade escolar sem que esta tenha acesso aos temas estratégicos da educação (currículo, financiamento, etc).

2. Avaliações Externas e Accountability

No contexto mencionado, o **SAEPE** e o **SAEB** configuram os principais mecanismos de avaliação externa aos quais a escola está submetida, de modo que ambos os mecanismos **fornece dados sobre o desempenho escolar e condicionam o acesso da escola a recursos adicionais** (VAAR). Diante do exposto, atuam um sistema de produção de resultados, orientado por dados quantitativos, monitorados por instrumentos de avaliação e controlados por mecanismos de bonificação/penalização (Silva; Silva, 2023).

3. Parcerias Público-Privadas

Entre os convênios estabelecidos pela escola, o **programa Escolas Criativas** consiste na principal **Parceria Público-Privada** identificada, na medida em que o programa é desenvolvido pela Rede Brasileira de Escolas Criativas, apoiada pela **Fundação Lemann**, em parceria com as Secretarias de Educação. Neste sentido, parece atuar como um “instrumento político-ideológico junto a instituições públicas” (Costa, 2022), na medida em que recorre à **mobilização dos recursos** financeiros, humanos e infraestruturais da escola pública para disseminar **a mentalidade** (participação social,



cidadania ativa, responsabilidade social, etc) necessária ao arrefecimentos dos atuais antagonismos de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a vivência do estágio supervisionado, o que se evidencia é uma gestão escolar submetida à uma política educacional atravessada por aspectos neoliberais, que reduzem a educação a números, índices e a formação para o trabalho simples ou para o desemprego estrutural, além de contribuir para ofuscar os antagonismos de classe característicos do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Política Educacional, Gestão Escolar, Capitalismo e Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Lúcia. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 15-45.

COSTA, Maria Fabiana da Silva. A Escola da Escolha e a Operacionalização do Aspecto de Implantação pela Parceria Público-Privada e a Corresponsabilidade Social. In: **Tempo e Movimento**: Políticas Educacionais no Contexto Brasileiro. São Carlos: Pedro & João, 2022, p. 461-481.

SILVA, Edva Emanuelle Gomes da; SILVA, Givanildo da. Avaliações Externas e Accountability como Políticas de Regulação da Educação. **Dialogia**, São Paulo, n. 45, p. 1-13, 2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Conselho de Escola: funções, problemas e perspectivas na gestão escolar democrática. **Perspectiva**, v. 27, n. 1, p. 273-294, 2009.

